

NOVO PACOTE DE AUSTERIDADE DO ESTADO

MESMO COM DIÁLOGO NA ALERJ, VOTAÇÃO NÃO SERÁ NADA FÁCIL

O novo pacote de austeridade que o governo estadual enviará à Alerj volta a mirar servidores descontando em 22% o salário para a contribuição previdenciária. Além disso, inclui a venda da Cedae, uma estatal superavitária que não dá prejuízos ao Executivo. A ideia é que esses pontos sejam contrapartidas para liberação de empréstimos ao Rio, que somam R\$6,4 bilhões a serem destinados para quitação das folhas atrasadas. Ou seja, o diálogo muda com as promessas de ajuda da União (dando aval para empréstimo). Porém, os projetos são controversos e tramitação não será nada fácil.

Em relação ao desconto previdenciário, hoje, os servidores ativos (e os inativos que ganham acima do teto do INSS, de R\$5.531,31) já contribuem com 11%. O esta-

do quer elevar a alíquota para 14%. Além disso, quer criar taxa extraordinária e temporária (por dois anos), de 8%.

O que se diz na Alerj é que o aumento da contribuição tem chances de passar, ao contrário da taxa extra de 8%, que deve ser rejeitada. A venda da Cedae também é questionável e ainda não há um termômetro sobre isso.

Líder do PDT, segunda maior bancada da Casa, o deputado Luiz Martins é categórico ao dizer que o partido votará contra a taxa extra de servidores e que rejeitará a privatização da Cedae. Já a elevação da contribuição previdenciária é negociada: podem aprovar com emendas, como a que impede atraso de salários.

“Não aprovaremos a taxa extraordinária. Isso, junto com a elevação da contribui-



Os deputados estaduais retomam os trabalhos na próxima quarta-feira

ção previdenciária (de 11% para 14%) leva a 22% o desconto salarial do servidor” diz ele, que acrescentou: “A pessoa que ganha R\$ 10 mil, por exemplo, atinge a

alíquota de 27,5% do Imposto de Renda, com mais 22% de desconto, terá bem mais de um terço de sua renda comprometida”.

E a venda da Cedae é ou-

tro ponto que o PDT é contra. “Por que vamos privatizar uma empresa superavitária e que deu R\$ 379 milhões de lucro em 2016?”, indaga.

O governo federal coloca a privatização da companhia como o meio de o Rio obter empréstimo: as ações da empresa serviriam de garantia aos bancos. “Não pode e não é assim, sacrificando a população”, reclama.

Já o líder do PR na Alerj, Bruno Dauaire diz que o partido — que soma três deputados na Casa — ainda não se reuniu para decidir seu posicionamento. Mas, de antemão, mostra que a promessa de ‘ajuda’ da União muda o cenário. “Pode ter um ambiente diferente ao da vez passada”, opinou ele, criticando e apontando que a condução desse processo depende de muito diálogo.

“Se a Alerj é tão importante, que o governo mostre isso, trazendo subsídios, dialogando... até agora só soube-mos do acordo pela imprensa”, declarou.

Para o deputado Luiz Paulo, líder do PSDB, nem com diálogo os quatro deputados da legenda serão favoráveis a essas medidas. “A bancada é contrária aos dois projetos que elevarão a contribuição previdenciária”.

Ele critica ainda a liberação de empréstimos ao estado e a venda da Cedae. “Empréstimo não vai resolver o problema do Rio. Quero saber qual foi a matemática que fizeram. E não resolve nem com a venda da Cedae nem com a antecipação de receita de royalties. Isso foi feito pelo Rioprevidência em 2013 e 2014 antecipando R\$6 bilhões e o fundo quebrou”.